

Proteção da Amazônia | Daniel Gaio

06/09/2021

Proteção da Amazônia e Transição Ecológica só são possíveis com seus povos na liderança.

Nos últimos anos a biodiversidade da Amazônia brasileira tem sido impactada fortemente pelos incêndios. Estima-se que 90% das espécies da Amazônia foram impactadas. Pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e da Universidade do Arizona, nos Estados Unidos, mostram em estudo publicado na revista Nature, que uma área de entre 103.079 e 189.755 km² da floresta amazônica (entre 2,2 e 4,1% da área total) foi impactada pelo fogo.

O território vem sofrendo com a intensificação de ataques que favorecem direta ou indiretamente grupos econômicos que continuam se sustentando a partir de um modelo de desenvolvimento exploratório e insustentável.

A fotografia da devastação deixada pelo avanço da fronteira agrícola para a criação de boi e para a monocultura; e a destruição provocada pela extração de minérios e a exploração de madeira, se combinam com o território em chamas, deixando claro o resultado deste modelo que faz com que a chegada do período das secas seja ainda mais intensa.

Este panorama se conjuga com um momento de crise econômica, social, política, ambiental e sanitária, agravada pela política do governo Bolsonaro de ataque ao meio ambiente, onde a pauta da bancada ruralista trabalha para garantir uma legislação permissiva com a destruição e de ataque aos povos e comunidades que vivem nestes territórios e que dela se sustentam e a protegem.

As ameaças ao futuro da Amazônia e dos seus povos, não só é representada por este projeto de devastação, mas também por iniciativas que procuram trazer respostas a esta crise, porém recorrendo a mecanismos que continuam perpetuando desigualdades e colocando a natureza como uma mercadoria. São as chamadas iniciativas da economia verde que aterrizam com força, popularizando o discurso da recuperação econômica verde como salvação à crise sistêmica que vivenciamos.

Assistimos, novamente, o mercado e governantes reeditando as armadilhas do capitalismo verde que apresenta respostas que fazem parte do mesmo receituário que nos trouxe à atual crise. Enquanto a natureza continuar sendo enxergada como mercadoria, e os povos não participarem do desenho e da implementação das políticas para o enfrentamento das mudanças climáticas e os desafios que chegam com o agravamento da crise climática, não alcançaremos soluções reais. A exemplo desta política se apresenta o Plano de Recuperação Verde, promovido pelo Consórcio de Governadores da Amazônia Legal, que foi construído sem participação dos povos e comunidades tradicionais nem movimentos sociais.

É urgente retomar a política socioambiental destruída pelo governo Bolsonaro, tendo como horizonte o combate ao avanço do capital sobre a natureza, indo além da perspectiva da sustentabilidade ambiental. Precisamos intensificar a disputa por um modelo de desenvolvimento de enfrentamento ao neoliberalismo, onde a natureza, a vida e o trabalho estejam no centro, trazendo para a mesa de decisões povos e comunidades tradicionais, trabalhadores e trabalhadoras, populações impactadas e movimentos sociais.

- **Daniel Gaio** é Secretário Nacional de Meio Ambiente da CUT
- Publicação original: [Portal da CUT](#)



Foto: Reprodução/TV Mirante